

Face às múltiplas questões e dúvidas que o tema do hidrogénio envolve, não nos devemos rodear apenas dos que só têm certezas, dos sábios, mas também dos críticos

# Factos e opiniões — o hidrogénio verde

Mónica Carneiro Pacheco

Existem factos. E existem opiniões. E estas — na maioria das vezes com os engenheiros e os advogados a liderarem, dada a sua estrutura mental cartesiana — são múltiplas, diferentes e quase sempre contraditórias.

Por não sermos peritos em matéria de tecnologias associadas ao hidrogénio, interessa-nos uma abordagem global que integre simultaneamente factos e opiniões. Sem factos, as opiniões não sobrevivem. Sem opiniões, os factos tornam-se estéreis.

Vamos aos factos.

É um facto que a estratégia do hidrogénio foi definida primeiramente ao nível da União Europeia, onde Portugal se integra. A energia continua a ocupar um lugar cimeiro na lista de prioridades dos órgãos de decisão europeus, não só porque assume uma importância fundamental na vida dos europeus (cidadãos e sobretudo empresas) mas também devido à redução da dependência de fontes energéticas estrangeiras, sejam elas o petróleo ou o gás natural.

Nesta linha, e ao longo de já muitas décadas, foram surgindo neste âmbito várias iniciativas, nomeadamente de cariz legislativo, desde a criação de um mercado de energia único liberalizado e concorrencial a nível europeu, proporcionando a livre escolha dos consumidores bem como a garantia do livre acesso às redes de transporte e de distribuição, até às sucessivas medidas de promoção da produção de eletricidade a partir de fontes de energia renováveis.

Em matéria de hidrogénio, são múltiplos os quadros estratégicos definidos a nível europeu, resultado de um trabalho maturado de muitos anos. Entre outros, o Pacote Energia Clima 2030, o Pacote Energia Limpa, o Pacto Ecológico Europeu e, mais recentemente, o lançamento da Aliança para o Hidrogénio Limpo (com o principal objetivo de dinamizar a implementação de tecnologias de produção de hidrogénio até 2030) e a Estratégia de Hidrogénio por uma Europa neutra em termos de clima.

Não fomos, portanto, nós, os portugueses, que inventámos esta estratégia.

**Esta pandemia colocou o mundo e as nossas vidas em suspenso e temos de fazer algo para mudar o estado das coisas no que toca à destruição ambiental**

Além deste facto basilar e fundante, há também outros factos a atender e que serão dificilmente re-utáveis: (1) o papel negligenciável que o hidrogénio tem no sistema energético face particularmente à necessidade gerada no sector dos transportes (dominado pelo petróleo proveniente de refinarias centralizadas e transformado em gasolina e gásóleo para os motores de combustão interna dos transportes rodoviários e em querosene e *fuel oil* para a aviação e transportes marítimos); (2) a eletricidade distribuída através de rede é gerada por uma *mix* que deve contemplar várias fontes, incluindo as renováveis e as não renováveis (carvão, petróleo, gás natural, hídrica e eólica); (3) as fontes renováveis assumem progressivamente maior peso na produção de eletricidade (em particular o solar, em rápido crescimento por toda a Europa); (4) o calor é essencialmente fornecido pelo recurso a eletricidade e gás natural através da rede, com os clientes domésticos das grandes cidades a terem caldeiras ou esquentadores a queimarem gás natural para aquecimento e água quente; (5) só uma pequena percentagem de calor e eletricidade são produzidos em centrais de cogeração e essencialmente usados na indústria.

Constitui finalmente mais um facto — e este incontornável — que esta pandemia colocou o mundo e as nossas vidas em suspenso e que temos de fazer algo para mudar o estado das coisas no que toca à destruição ambiental.

Agora as opiniões.

Face às múltiplas questões e dúvidas que o tema envolve, não nos devemos rodear apenas dos que só têm certezas, dos sábios, mas também dos críticos. Haverá que

distinguir dois tipos de críticos: os críticos pessimistas (os que criticam sempre e em nada acreditam) e os críticos otimistas (os que, apesar das dificuldades e dúvidas, pretendem sobretudo aclarar o caminho e enfrentar os obstáculos, mesmo que isso implique duvidar, discutir, rebater).

É nesta última categoria que gostaríamos de nos inserir, certos de que há variadíssimos desafios que terão necessariamente de ser tratados. E que desafios são esses? O desafio legal (que regulamentação?); o desafio ambiental (que impactos ambientais assegurar, particularmente no domínio hídrico?); o desafio técnico (como conciliar com a atual rede nacional de gás natural, que armazenamento e distribuição?); o desafio económico (como amortizar o custo, que estrutura de financiamento, que ajudas de Estado?); o desafio regulatório (como evitar a tradução nas tarifas pagas pelos consumidores?); o desafio político (como conciliar as vozes contra a implementação?); o desafio financeiro (que alocação de risco?), entre outros.

A tarefa é enorme e os desafios múltiplos. Os factos são muitos e as opiniões ainda mais. Mas também o eram nos anos 40, quando se discutia a implementação dos atuais aproveitamentos hidroelétricos. Ou nos anos 2000, quando se ponderava a implementação de centrais eólicas. Ou no início desta década, quando se colocavam muitas dúvidas sobre o desenvolvimento do sector solar. Importa agora, como nessa altura, colir e considerar todos os factos relevantes, acolher e discutir todas as opiniões e... pôr mãos à obra.

Sócia da CMS Rui Pena & Arnaut